

# Programa de Formação Continuada dos Analistas Ambientais do MMA

*Série Documentos Técnicos, nº 13*

Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental

Brasília  
2006

## **Série Documentos Técnicos**

Série publicada pelo Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, com o objetivo de divulgar ações, projetos e programas de educação ambiental voltados a políticas públicas de abrangência nacional.

### **Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental**

#### **Ministério do Meio Ambiente**

Ministra Marina Silva

#### **Secretaria Executiva**

Cláudio Langone

#### **Diretoria de Educação Ambiental**

Marcos Sorrentino

#### **Ministério da Educação**

Ministro Fernando Haddad

#### **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade**

Ricardo Henriques

#### **Diretoria de Educação para a Diversidade e Cidadania**

Armênio Bello Schmidt

#### **Coordenação Geral de Educação Ambiental**

Rachel Trajber

# Sumário

<b>1. Apresentação</b> .....	<b>4</b>
<b>2. Histórico</b> .....	<b>6</b>
2.1. <i>Demanda da Secretaria Executiva explicitada à DEA</i> .....	6
2.2. <i>Reuniões com analistas ambientais do MMA</i> .....	6
2.3. <i>Definição de uma comissão para elaboração do Projeto Político Pedagógico</i> .....	7
2.4. <i>Oficinas com alguns dirigentes e colaboradores do MMA para elaboração do PPP</i> .....	8
2.5. <i>Oficina com analistas ambientais para discussão da versão preliminar do PPP</i> .....	9
2.6. <i>Encaminhamento da primeira versão do PPP à Divisão de Capacitação</i> .....	10
2.7. <i>Contratação de coordenadora pedagógica do processo de formação</i> .....	10
2.8. <i>Negociação interna ao MMA para legitimação da proposta</i> .....	11
2.9. <i>Processo de escuta junto aos analistas ambientais para reestruturação dos conteúdos da formação</i> .....	12
2.10. <i>Diálogos com Decanato de Extensão da UnB</i> .....	12
2.11. <i>Constituição de Comissão de Gestão e acompanhamento do processo formativo</i> .....	14
2.12. <i>Situação atual</i> .....	15
<b>3. Projeto Político Pedagógico</b> .....	<b>16</b>
3.1. <i>Apresentação</i> .....	16
3.2. <i>Introdução</i> .....	17
3.3. <i>Objetivos</i> .....	18
3.4. <i>Marco Conceitual</i> .....	19
3.5. <i>Marco Situacional</i> .....	21
3.6. <i>Marco Operacional</i> .....	24
3.6.1. <i>Metodologia</i> .....	24
3.6.2. <i>Sistemática de Trabalho e Carga Horária</i> .....	27
3.6.3. <i>Conteúdos Curriculares e Metodologia do Núcleo Básico</i> .....	32
3.6.4. <i>Cronograma</i> .....	38
3.6.5. <i>Acompanhamento e Avaliação</i> .....	40
3.6.6. <i>Inscrição</i> .....	42
3.6.7. <i>Moderação das Atividades</i> .....	42
3.6.8. <i>Previsão Orçamentária</i> .....	42
<b>Agradecimentos:</b> .....	<b>44</b>
<b>Anexo I – Levantamento de sugestões para cardápio</b> .....	<b>47</b>
<b>Anexo II – Portaria ministerial que nomeou a Comissão de elaboração do Projeto Político Pedagógico do Programa de Formação</b> .....	<b>52</b>
<b>Anexo III – Minuta de portaria ministerial que institui a comissão de gestão e acompanhamento do processo formativo</b> .....	<b>53</b>

# 1. Apresentação

A **Política Ambiental Integrada** instituída pelo Ministério do Meio Ambiente a partir de 2003 abriu novos horizontes para a gestão do ambiente no Brasil. Isso foi possível graças às quatro diretrizes propostas e implementadas pelo MMA, que resultam de processos políticos e sociais recentes. A **transversalidade**, inerente à dimensão ambiental que guarda interface com as demais políticas públicas, evoluiu de limites que se tornaram evidentes no final dos anos de 1990, com referência ao isolamento do MMA na Esplanada dos Ministérios. O **controle e a participação social**, por sua vez, é demanda expressa pela sociedade civil desde o período anterior à Constituinte de 1988, reforçada com a intensa mobilização por ocasião da ECO-92. O **desenvolvimento sustentável**, como desafio estratégico formulado pelo Relatório Brundtland (1987), deve ser assumido como política de governo para que sociedade e Estado se empenhem na mudança da noção de progresso.

A quarta diretriz é o **fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA**, instituído pela Lei 6.938, de agosto de 1981, cujos princípios foram acolhidos pela Constituição Federal, tornando-se instrumento e condição para uma política ambiental efetiva em todo o território nacional.

Ora, a gestão ambiental transversal no Governo Federal tem como referência a ação do MMA e de suas entidades vinculadas. Da mesma maneira, a participação social na implementação dessa política e o empenho pela sustentabilidade do desenvolvimento dependem da consolidação de sua estrutura organizacional e capacidade de gestão. Portanto, como órgão central do SISNAMA, o fortalecimento do Ministério do Meio Ambiente tem sido uma das prioridades da política integrada.

Com este objetivo, foram muitas as iniciativas nos anos recentes, mas cabe destacar nesta apresentação o concurso para analista ambiental. Afinal, é evidente que no centro desta consolidação deve estar focado o pessoal técnico de carreira. Em março de 2005, 150 novos

servidores ingressaram, por concurso, para o quadro efetivo da carreira de Especialista em Meio Ambiente (Analista Ambiental). Outros 130 podem ser efetivados a esse quadro no início de 2007.

O desafio que se apresenta e que já está sendo enfrentado desde 2005 é a Formação Continuada dos Analistas Ambientais, num universo de atuação “militante e ambientalista”, como tem afirmado a ministra Marina Silva. Aliás, militante é o próprio processo de formulação dessa proposta que desde o início, sob iniciativa da Secretaria Executiva (DEA e CGGP), vem sendo construída com a participação direta dos próprios analistas. Trata-se, portanto, de uma nova semente para a política de formação de funcionários do Ministério.

A política ambiental integrada envolve ações de alcance local, nacional e internacional, mas a sua eficácia está sendo viabilizada também ao consubstanciar-se nas pessoas o compromisso técnico e ético com a gestão adequada do patrimônio natural e da qualidade socioambiental, para um Brasil e um mundo mais legal e mais pacífico, justo e sustentável.

Nilo Sérgio de Melo Diniz  
**Diretor do Conselho Nacional de Meio Ambiente**

## **2. Histórico**

### **2.1. Demanda da Secretaria Executiva explicitada à DEA**

Em maio de 2005, a Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente (SECEX) apresentou à Diretoria de Educação Ambiental a intenção de implementar um programa de formação dos funcionários que vieram compor o quadro efetivo da instituição desde março de 2005, solicitando que a referida diretoria apresentasse uma proposta pedagógica.

### **2.2. Reuniões com analistas ambientais do MMA**

A partir da demanda apresentada pela SECEX, a Diretoria de Educação Ambiental (DEA) elaborou uma proposta preliminar para formação continuada dos analistas ambientais. Desde então foi deflagrado um processo participativo junto aos analistas ambientais, chefes de gabinete, secretários e colaboradores do MMA, visando acolher sugestões para a proposta preliminar, garantindo que os interessados no processo de formação participassem como editores de seu desenho.

Na primeira fase, que ocorreu entre julho e agosto de 2005, foram realizadas reuniões com alguns analistas ambientais com o intuito de discutir a proposta preliminar e sugerir encaminhamentos para sua formatação e implementação. Tornou-se evidente a necessidade de constituir uma comissão com a função de coordenar o processo, conforme descrito no quadro abaixo.

Além dessas reuniões, em agosto de 2005 foi realizado um primeiro levantamento, através de questionários encaminhados aos analistas, procurando identificar demandas e ofertas em relação ao processo de formação. Foram recebidas treze respostas, as quais foram sistematizadas em temas e assuntos que posteriormente desenhariam os conteúdos da formação.

**Quadro 1: Primeiros diálogos sobre formação continuada dos analistas ambientais do MMA**

<b>Data</b>	<b>Objetivos da reunião</b>	<b>Nº de participantes</b>	<b>Encaminhamentos</b>
18/07/2005	Apresentar a proposta preliminar para o programa de formação continuada dos analistas ambientais do MMA	26 analistas ambientais  dois técnicos da DEA/MMA	<ul style="list-style-type: none"><li>- Apresentar proposta para chefias</li><li>- Buscar parceria com UnB e com outras instituições que ofereçam especialização e extensão</li><li>- Conteúdos – módulos básicos comuns – que permitam desenvolvimento de habilidades na área socioambiental</li></ul>
18/08/2005	Constituir equipe coordenadora do processo de formação	seis analistas ambientais  Marcos Sorrentino (Diretor DEA/MMA)  um técnico da DEA/MMA	<ul style="list-style-type: none"><li>- Nomear equipe coordenadora do programa, através de portaria ministerial.</li><li>- Equipe de coordenação realizará reunião semanal para elaboração do Projeto Político Pedagógico</li><li>- SECEX/MMA encaminhar memorando às chefias imediatas dos analistas, solicitando apoio ao programa</li><li>- Apresentação da proposta preliminar em reunião de dirigentes do MMA</li></ul>

### **2.3. Definição de uma comissão para elaboração do Projeto Político Pedagógico**

A portaria ministerial 324, assinada em 08 de novembro de 2005 (Anexo II), instituiu uma Comissão cuja atribuição principal foi a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP), além de se responsabilizar pelos encaminhamentos das reuniões referentes ao processo de formação. Um PPP consiste na formulação e enunciação de uma proposta educacional, de suas bases conceituais e políticas até a sua operacionalização.

A comissão foi assim composta:

- Ana Flora Cavanha de Rezende Caminha – Secretaria de Biodiversidade e Florestas;
- Cláudia Moreira Diniz Duarte – Divisão de Capacitação, Treinamento e Desenvolvimento;
- Iara Carneiro – Diretoria de Educação Ambiental;
- Leonardo Ferreira de Oliveira – Fundo Nacional do Meio Ambiente;
- Luiz Henrique da Silva Marciano – Subprograma Projetos Demonstrativos;
- Maura Machado Silva – Diretoria de Educação Ambiental;

- Odair Scatolini Júnior – Subprograma Projetos Demonstrativos;
- Vana Tércia Silva de Freitas – Departamento de Patrimônio Genético (DCBio/SBF).

## **2.4. Oficinas com alguns dirigentes e colaboradores do MMA para elaboração do PPP**

Iniciou-se a segunda fase de formatação da proposta de formação continuada dos analistas ambientais, a elaboração do Projeto Político Pedagógico. Essa elaboração se deu no período de setembro a maio de 2005 a partir de atividades coordenadas pela comissão, as quais compreenderam: a) reuniões periódicas, b) oficinas para construir subsídios para os marcos conceitual, situacional e operacional que devem constar de um PPP, c) discussão da proposta preliminar com os analistas ambientais, d) sistematização das contribuições, e) redação da primeira versão do PPP.

As oficinas contaram com a participação de alguns dirigentes e colaboradores do MMA e trouxeram reflexões valiosas para o processo de formação, especialmente no que diz respeito aos marcos conceitual e situacional da proposta. O marco conceitual é o espaço para explicitar as intencionalidades do projeto, ou seja, que tipo de sociedade e quais sujeitos se pretende formar com a *práxis* educativa; expressa os valores, princípios éticos e políticos que orientam a formação.

O marco situacional refere-se às características do contexto, pode ser desenhado a partir de um diagnóstico socioambiental e educacional.

A sistematização, por parte da comissão, das contribuições trazidas nas oficinas resultou nos marcos conceitual e situacional do PPP. Em consonância com a postura participativa da proposta de formação, o passo seguinte foi promover um debate ampliado com os analistas ambientais do MMA. O quadro abaixo traz um resumo da produção das oficinas.



## Quadro 2: Oficinas para construção do Projeto Político Pedagógico

Data	Objetivos da oficina	Participantes	Produções da oficina
06/09/2005	Construir subsídios teóricos para elaboração do marco <b>conceitual</b> do PPP para formação dos analistas ambientais	Comissão para elaboração do PPP	<ul style="list-style-type: none"><li>- Discussões sobre: campo ambiental, papel do servidor público, campo de atuação do analista ambiental no MMA, referências teóricas e metodológicas para formação dos analistas.</li><li>- Elaboração do marco conceitual do PPP.</li></ul>
15/09/2005	Construir subsídios teóricos para elaboração do marco <b>situacional</b> do PPP para formação dos analistas ambientais  Discutir o perfil dos analistas ambientais, associado aos conteúdos que devem compor o processo de formação	Comissão para elaboração do PPP e convidados: Bazileu Margarido (Chefe de Gabinete da Ministra) Nilo Diniz (Presidente CONAMA) dois analistas ambientais um técnico DEA/MMA	<ul style="list-style-type: none"><li>- Reflexões sobre o histórico da Política Ambiental no Brasil, estrutura organizacional do MMA, SISNAMA.</li><li>- Elaboração do marco situacional do PPP.</li></ul>
30/09/2005	Construir subsídios metodológicos e práticos para elaboração do marco <b>operacional</b> do PPP.	Comissão para elaboração do PPP dois representantes do Centro de Educação a Distância - UnB	<ul style="list-style-type: none"><li>- Estudo de viabilidade da modalidade “educação a distância” no processo de formação.</li><li>- Proposta de uma oficina aberta a todos os analistas ambientais do MMA para levantamento de temas e assuntos que comporiam os conteúdos do processo de formação</li></ul>

### 2.5. Oficina com analistas ambientais para discussão da versão preliminar do PPP

Em dezembro de 2005 houve uma *discussão ampliada* da proposta de formação continuada com a participação de 60 analistas ambientais. Um elenco prévio de assuntos e temas a serem tratados durante a formação foi um dos resultados desta oficina que apontou também a necessidade de um aprofundamento dos temas e assuntos elencados.

Nos meses de dezembro de 2005 e janeiro de 2006, os analistas ambientais, organizados em grupos de trabalho por secretarias do MMA, desenvolveram esse aprofundamento. A listagem de assuntos propostos na oficina foi distribuída em áreas temáticas correspondentes às secretarias do Ministério. Deste trabalho resultaram seis grandes conjuntos de temas, sendo dois deles bem detalhados, incluindo mediadores para atividades, carga horária e metodologia de abordagem.

Esse exercício de detalhamento dos temas contribuiu para indicar conteúdos que viriam compor o marco operacional do PPP, o qual consiste no planejamento das estratégias e das ações a serem desenvolvidas na proposta educativa.

**Quadro 3: Oficina com analistas ambientais para discussão da versão preliminar do PPP**

<i>Data</i>	<i>Objetivos da oficina</i>	<i>Participantes</i>	<i>Produtos da oficina</i>
06/12/2005	Apresentar e discutir a proposta de formação dos analistas ambientais do MMA; Levantar, junto aos analistas, demandas e sugestões de temas/assuntos para compor o conteúdo da formação.	Comissão para elaboração do PPP 60 analistas ambientais do MMA (40% do total)	- Constituição de grupos de trabalho por secretaria para detalhar os temas e assuntos propostos na oficina

**2.6. Encaminhamento da primeira versão do PPP à Divisão de Capacitação, Treinamento e Desenvolvimento do MMA**

As contribuições trazidas durante as oficinas acima descritas foram *sistematizadas pela comissão* resultando na redação da primeira versão do PPP que, em 10 de maio de 2006, foi encaminhada à Divisão de Capacitação, Treinamento e Desenvolvimento do MMA (Processo nº 02000.004816/2005-51), acompanhada das seguintes sugestões: a) constituição de uma comissão definitiva para execução do processo de formação; b) contratação de um(a) coordenador(a) pedagógico(a); c) disponibilização de um(a) funcionário(a) da Coordenação Geral de Recursos Humanos para execução das atividades administrativas referentes à formação (Anexo III).

Em 12 de julho de 2006 a Divisão de Capacitação, Treinamento e Desenvolvimento do MMA encaminhou nota técnica sobre o PPP, destacando os seguintes pontos: a) estudar a possibilidade dos demais servidores de cargo efetivo participarem da formação; b) por se tratar de carga horária correspondente a curso de pós graduação *lato sensu*, faz-se necessário o reconhecimento pelo Ministério da Educação ou parceria com alguma instituição de ensino para certificação, c) buscar parceria com Escola Nacional de Administração Pública – ENAP (Anexo IV).

**2.7. Contratação de coordenadora pedagógica do processo de formação pela Diretoria de Educação Ambiental**

Em 31 de julho de 2006 foi contratada uma coordenadora pedagógica cuja função seria atuar de modo integrado à comissão definitiva de analistas ambientais nas seguintes frentes: revisão do PPP; organização dos temas e assuntos levantados em conteúdos curriculares do processo de formação; estabelecimento de parceria com uma instituição de ensino superior para certificação; participação

nas negociações internas ao MMA para legitimação do processo; além de acompanhamento da constituição do quadro de moderadores e elaboração de suas propostas, garantindo uma consonância com a proposta teórico-metodológica da formação.

## 2.8. Negociação interna ao MMA para legitimação da proposta

A versão revisada do PPP, incorporando sugestões da coordenação pedagógica, foi apresentada entre agosto e outubro de 2006, à SECEX, aos dirigentes, aos chefes de gabinete, e à Divisão de Capacitação, Treinamento e Desenvolvimento e Departamento de Gestão Estratégica do MMA, com o intuito de legitimar a proposta e colher sugestões a respeito de seu desenho operacional.

**Quadro 4: Negociação da proposta de formação com dirigentes e chefes executivos do MMA**

<b>Data</b>	<b>Objetivos da reunião</b>	<b>Participantes</b>	<b>Encaminhamentos</b>
02/08/2006	Apresentar a coordenadora pedagógica à SECEX e definir próximos passos da articulação interna ao MMA	- dois analistas da DEA - Coordenadora pedagógica - Marcos Sorrentino (Diretor da DEA) - Silvio Botelho (Chefe de Gabinete da SECEX)	- Revisão do orçamento para compor previsão orçamentária de 2007 - Apresentação da proposta para SPOA, RH, Conselho de Dirigentes, visando colher opinião de mérito - Providenciar portaria ministerial nomeando comissão definitiva.
21/08/2006	Apresentar proposta de formação dos analistas ambientais para SPOA e RH Acolher críticas e sugestões à proposta	- dois analistas da DEA - Coordenadora pedagógica - Marcos Sorrentino (Diretor da DEA) - Gerson Galvão – SPOA 9 (Subsecretário) - Pedro Rauimundo (coordenador geral de Gestão de Pessoas - uma técnica (Gestão de Pessoas)	- Necessidade de aproximação entre o corpo administrativo e técnico no processo de formação - Refletir sobre como garantir que profissional que faz curso dê retorno à instituição - Na formação da comissão, as áreas que compõem o MMA devem ser responsabilizadas - Ainda que o orçamento tenha sido apresentado anteriormente, foi esclarecido que a SECEX não incluiu na proposta de LOA/2007 por considerar importante colher a opinião política sobre a proposta previamente
22/08/2006	Apresentar proposta de formação para Conselho de Dirigentes do MMA. Acolher críticas e sugestões. Buscar legitimidade ao processo junto às secretarias do MMA.	- dois analistas da DEA - Marcos Sorrentino (Diretor de EA) - Claudio Langone Dirigentes do MMA - Coordenadora pedagógica	- Sugestões sobre objetivo geral, aspecto operacional, obrigatoriedade ou não da formação, sobre conteúdo, integração com outros programas do MMA e das vinculadas, sobre constituição da comissão de acompanhamento da formação - Fazer esforço para iniciar o cardápio básico ainda este ano
04/09/2006	Apresentar proposta de formação dos analistas ambientais para chefes de gabinete Acolher críticas e sugestões à proposta	- Diretor de EA - Chefes de Gabinete - dois analistas da DEA - Coordenadora pedagógica	- Realizar oficina prévia à formação para apresentação do Regimento Interno das Secretarias - Incluir Depto de Gestão Estratégica na discussão da proposta - Sugestões sobre estrutura da formação, conteúdos, parceria com ENAP, obrigatoriedade do núcleo básico para os inscritos no processo
10/10/2006	Apresentar proposta de formação ao Departamento de Gestão Estratégica do MMA Acolher críticas e sugestões à proposta	- um analista da DEA - Coordenadora pedagógica - Guilherme Brandão (Diretor Departamento de Gestão Estratégica)	- Considerar especialização como piloto que deflagre uma reflexão a respeito da Política de Capacitação dos Funcionários do MMA - Incorporar gestão e planejamento estratégicos nos conteúdos do curso

## **2.9. Processo de escuta junto aos analistas ambientais para reestruturação dos conteúdos da formação**

No período de 04 a 12 de setembro de 2006 foram realizadas reuniões com as várias secretarias do MMA, com convite aberto a todos os funcionários. Estiveram presentes 49 participantes, sendo 45 deles analistas ambientais, de todas as secretarias e do gabinete do MMA.

Os objetivos das reuniões foram: a) dar retorno da versão revista da proposta de formação continuada dos analistas ambientais e acolher sugestões; b) discutir e aprimorar lista de temas e assuntos para cardápio; c) acolher adesões para comissão de gestão e acompanhamento do processo de formação.

Foram feitas sugestões a respeito da estrutura e carga horária da proposta, da relação entre teoria e prática no desenvolvimento das atividades, da relação entre conteúdos da área administrativa e área técnica na formação. E ainda a respeito de algumas atividades previstas no curso como as saídas a campo, as práticas tutoradas, o trabalho final. Em cada reunião realizou-se uma discussão aprofundada a respeito da organização dos conteúdos em fases do curso, além de sugestões de estudos de caso.

Procurou-se garantir adesões à comissão de gestão e acompanhamento da proposta de formação em cada secretaria do MMA.

## **2.10. Diálogos com Decanato de Extensão da UnB**

Em busca de parceria com uma instituição de ensino superior, iniciou-se em agosto de 2006 um diálogo com o Decanato de Extensão da Universidade de Brasília em torno da proposta de formação continuada dos analistas ambientais. O objetivo desta aproximação por um lado responde a uma sugestão que consta da Nota Técnica da Divisão de Capacitação Treinamento e Desenvolvimento do MMA (nº 027/2006) que se refere à busca de certificação da formação como pós-graduação *lato sensu*, no entanto cabe dizer que ela se insere no desenho de uma parceria anterior entre DEA/MMA e Decanato de Extensão da UnB que se estabelecia em torno da criação de Coletivos Educadores no Distrito Federal e de um Acordo de Cooperação sobre Educação do Campo, celebrado entre DEA-MMA e o *campus* Planaltina.

Além do fato de ser a UnB uma instituição de ensino superior pública de âmbito federal, a unidade acadêmica que viria abrigar a proposta de formação continuada é o Centro Interdisciplinar de Formação Continuada – Interfoco – vinculado ao Decanato de Extensão que tem por objetivo a

formação continuada de profissionais de diversas áreas, o que também justifica a parceria com esta instituição. Outro aspecto que agrega qualidade à parceria é a adesão de alguns docentes associados ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade à proposta de formação.

As negociações com a UnB se iniciaram em agosto de 2006, período em que começava a ser desenhado um Acordo de Cooperação Técnica entre MMA e Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, o qual seria celebrado posteriormente no mês de setembro durante o III Congresso Nacional de Extensão Universitária, ocorrido em Florianópolis-SC. O Acordo de Cooperação busca fortalecer iniciativas locais e regionais de extensão universitária relacionadas à temática ambiental. O Decanato de Extensão da UnB é uma das unidades acadêmicas contempladas no Acordo e um dos articuladores do referido Fórum, o que também fortalece as possibilidades de parceria para o fim específico de que trata este documento.

Cabe ressaltar que o desenho de um curso de especialização para a formação dos analistas é compreendido como um projeto piloto de uma proposta mais ampla que seria a Política de Formação dos Funcionários do MMA. Espera-se que a *práxis* deflagrada durante este piloto estimule os analistas ambientais para o desenho de ações integradas a serem desenvolvidas em continuidade ao curso, de modo que os mesmos atuem como editores de uma proposta para a referida Política.

A pauta das reuniões para amadurecimento da proposta de formação dos analistas ambientais, ocorridas entre agosto e novembro de 2006, envolveu questões pedagógicas e administrativas relacionadas ao curso, além de reflexões sobre o instrumento mais adequado para celebrar a parceria.

No que tange aos aspectos pedagógicos, o intercâmbio entre MMA e o Decanato de Extensão da UnB, envolve a coordenação pedagógica conjunta do processo, a participação de alguns docentes da universidade na programação e desenvolvimento das atividades pedagógicas do curso de especialização, além do oferecimento de algumas vagas aos analistas ambientais em disciplinas da graduação e pós graduação.

Sobre o aspecto administrativo uma das instituições deve abrigar a secretaria do curso, o que compreende a matrícula dos alunos do curso, acompanhamento de frequência e notas, além da logística para realização das atividades pedagógicas.

O estudo sobre o melhor instrumento para celebrar esta parceria tem se dado a partir da análise da previsão orçamentária para operacionalizar a formação e de negociações sobre a contrapartida de cada instituição. Sobre este ponto está em andamento uma consulta ao Controle Interno e à Consultoria Jurídica do MMA e da UnB para que se tomem os devidos encaminhamentos.

## **2.11. Constituição de Comissão de Gestão e acompanhamento do processo formativo**

Um dos resultados do processo de escuta junto aos analistas ambientais foi a adesão de analistas ambientais de cada uma das secretarias do MMA a um grupo à Comissão que estará encarregada da gestão e acompanhamento do processo formativo. São compreendidas como atribuições desta Comissão: a) facilitar diálogo entre analistas ambientais, as chefias e a coordenação pedagógica sobre as questões relacionadas ao processo de formação; b) planejamento organizacional do funcionamento da própria Comissão, incluindo periodicidade das reuniões, elaboração de relatórios, registro das atividades, organização dos seminários de avaliação participativa, b) acompanhamento e orientação dos trabalhos do coordenador pedagógico e do assistente administrativo; c) elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação das atividades formativas.

A constituição atual da Comissão, que consta da minuta da portaria ministerial (Anexo V), é a seguinte:

- Iara Carneiro e Maura Machado Silva, da Diretoria do Programa Nacional de Educação Ambiental;
- André Afonso Ribeiro e Rosângela de Assis Nicolau, da Secretaria de Qualidade Ambiental;
- Hilton Jordão e outro representante a ser designado, da Secretaria de Coordenação da Amazônia;
- Adriana Lustosa e outro representante a ser designado, da Secretaria de Recursos Hídricos;
- Leila Swerts e outro representante a ser designado, da Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável;
- Tânia Souza e outro representante a ser designado, do Gabinete da Ministra;
- Cláudia Moreira Diniz Duarte, da Divisão de Capacitação, Treinamento e Desenvolvimento da Coordenação-Geral de Recursos Humanos; e
- Um representante, a ser designado, do Departamento de Gestão Estratégica.

Desde 02 de outubro de 2006 até data de elaboração deste documento, a comissão se reúne semanalmente com as seguintes funções: a) sistematizar as contribuições trazidas nas reuniões com

dirigentes e com analistas das secretarias do MMA, b) implementar os encaminhamentos das referidas reuniões, c) redesenhar o marco operacional do PPP, d) promover negociações internas e com instituições parceiras para viabilizar a proposta de formação.

## **2.12. Situação atual**

Como produto desse período de trabalho obteve-se a terceira versão do PPP, a qual inclui detalhamento dos conteúdos e das atividades a serem desenvolvidas no processo de formação continuada dos analistas ambientais do MMA.

A versão atual da proposta de formação foi divulgada entre os analistas ambientais do MMA, sendo realizada uma pré-matrícula que contou com 104 inscritos, de um universo aproximado de 150 analistas, evidenciando um expressivo interesse, mesmo contanto com a não obrigatoriedade de participação no curso.

## 3. Projeto Político Pedagógico

### 3.1. Apresentação

O Programa de Formação Continuada dos Analistas Ambientais do Ministério do Meio Ambiente visa o aprimoramento profissional dos seus quadros de funcionários, a maior integração dos mesmos no trabalho cotidiano e a articulação entre as diversas secretarias e órgãos colegiados do MMA. Objetiva, prioritariamente, ampliar a capacidade do MMA dialogar com a sociedade, através da formação de seus servidores públicos.

Servindo como um projeto piloto contemplará, de início, o primeiro grupo de servidores efetivos do MMA desde a sua criação em 1992. A efetivação de um quadro permanente de servidores é uma ação de fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, instituído pela Lei nº 6938/81 e cujo Órgão Central é o Ministério do Meio Ambiente e a sua formação continuada é um passo a mais na institucionalização de uma política ambiental integrada.

O presente programa emerge também da necessidade e vontade dos Analistas Ambientais – que somavam cerca de 150 até o início de 2006 – em aprimorar seus conhecimentos e fundamentar criticamente as atividades exercidas no âmbito do MMA, ressaltando o enriquecimento a ser propiciado pela troca de experiências em um grupo tão heterogêneo em relação às formações acadêmicas e às trajetórias de vida e de trabalho.

Para a elaboração **deste** Projeto Político Pedagógico (PPP) para o Programa de Formação Continuada dos Analistas Ambientais do MMA foi estabelecida, pela Portaria nº 324, de 08 de novembro de 2005, uma Comissão que elaborou esta proposta, **atualmente em discussão** no MMA.

Cabe destacar que este PPP é resultado das reuniões da Comissão, que ocorreram no período de julho de 2005 a maio de 2006, bem como de oficinas realizadas com os analistas ambientais e alguns dirigentes do MMA. Um dos princípios que rege sua elaboração é, portanto, a gestão



democrática que visa garantir a participação dos envolvidos nas diversas fases do projeto, desde a construção de seus marcos conceitual, situacional e operacional até sua implementação e avaliação. Após a elaboração de uma primeira versão, o passo seguinte tem sido o aprimoramento da proposta através do seu amplo debate nas secretarias do MMA, visando o desenho final do marco operacional e a implementação do projeto piloto. Deste processo de construção coletiva e de sua avaliação crítica, resultam as coordenadas que **orientarão** o Programa de Formação Continuada dos Funcionários do MMA.

### **3.2. Introdução**

Um Projeto Político Pedagógico (PPP) consiste na formulação e enunciação de uma proposta educacional, de suas bases conceituais e políticas até a sua operacionalização. O documento traz uma visão de educação pautada em uma visão de sociedade, que pressupõe um projeto de ser humano e que, a partir de seus sujeitos e realidade, traçam uma proposta de ação pedagógica e social.

O PPP não é uma cartilha normatizadora, mas um processo de gestão contínua orientada pelos princípios e objetivos educacionais de um grupo – grupo representativo, legitimado e sensível às demandas do contexto representado.

Sua construção de forma participativa é, mais do que uma característica, um princípio político de extrema importância. É um documento, portanto, no qual os sujeitos se vêem e atuam sobre suas demandas e planos, que serão periodicamente revistos e sistematicamente reconstruídos.

Ainda que seja um instrumento mais comumente usado na educação escolar em seus diversos níveis, a elaboração de um PPP não está restrita a este âmbito da educação. Diagnosticar a configuração do espaço-tempo presente, projetar sua transformação, promover ações nesta direção respaldadas por uma atitude reflexiva e participativa, cujo intuito seja contribuir com a formação de sujeitos prático-reflexivos são intencionalidades que podem orientar uma proposta educativa junto aos mais diversos grupos, setores e instituições, desde que se cuide, evidentemente, de corresponder às peculiaridades de cada contexto.

O desafio que se coloca é como vivenciar momentos dinâmicos da prática social – seja nos movimentos sociais, em sindicatos, em instituições públicas ou privadas, nas reuniões de trabalho, na associação de bairro ou de condôminos - como ações pedagógicas significativas. Um PPP visa

organizar essa ação pedagógica, de modo que proporcione um real aprendizado aos sujeitos que se reúnem em torno de uma prática na qual tenham oportunidade de combinar experiência e reflexão.

É constituído, em linhas gerais, de três marcos: Conceitual, Situacional e Operacional. O **Marco Conceitual** contém a idealização, o sonho de futuro, os princípios e valores, a ética, as concepções de sociedade e ser humano partilhadas pelo grupo. É o elemento menos volátil e dinâmico do PPP, devendo ser construído com a máxima profundidade possível.

O **Marco Situacional** refere-se às características presentes do contexto, como um diagnóstico da realidade. Por fim, o **Marco Operacional** consiste no planejamento das estratégias e das ações a serem desenvolvidas na proposta educativa. Estas estratégias e ações devem se construir como resposta ao que foi desenhado como diagnóstico do contexto (marco situacional) e orientadas pelas concepções de sociedade, educação e ser humano que regem a proposta (marco conceitual).

### 3.3. Objetivos

#### **Objetivo geral:**

Constituir, no MMA, um corpo técnico em processo de formação continuada, motivado e preparado para atuar como Gestores e Servidores Públicos de Estado, como educadores ambientais e articuladores das políticas públicas ambientais no MMA, nas instituições vinculadas, em outros Ministérios e em outros setores da sociedade.

#### **Objetivos específicos:**

- estimular o convívio e a troca de experiências entre os Analistas Ambientais e suas respectivas áreas de atuação;
- sensibilizar os Analistas Ambientais, através das reflexões experienciadas durante o processo de formação, para a interiorização de valores e práticas sustentáveis que potencializem suas ações junto ao MMA e na vida cotidiana;
- promover a interação e a integração entre as diversas áreas do MMA através da qualificação de seu quadro efetivo e do exercício da análise das questões ambientais;
- fomentar a ampliação das ações do MMA junto à sociedade, na intenção de propiciar a participação e o controle social, uma das diretrizes da política para o meio ambiente;
- contribuir para a formação dos funcionários do MMA como profissionais, cidadãos e pessoas que interiorizem o sentido mais profundo de ser um Servidor Público.

### 3.4. Marco Conceitual

*“Toda teoria sem ação é vazia e toda ação sem teoria é cega”.*

***Gerd Bornheim***

Ao considerarmos a definição de meio ambiente de Milton Santos (1982) como “a organização humana no espaço total que compreende todos os fragmentos territoriais que o compõem”, consideramos que o campo ambiental é extremamente amplo e complexo, permeado intrinsecamente pelos campos social, antropológico, político e econômico.

Junte-se à complexidade do meio ambiente o tamanho do território de atuação: um País-continente, composto pelas mais diferentes culturas e ecossistemas; um País diverso e desigual, permeado de conflitos socioambientais, revelados por um olhar sensível. Estes conflitos, apesar de diversos, quase sempre são decorrentes de uma mesma questão: um modelo de sociedade injusto, baseado em consumo, acúmulo e competitividade.

*“A construção de sociedades sustentáveis implica sua transformação em uma civilização baseada no aproveitamento de fontes de energia renováveis, economicamente eficientes e ambientalmente amigáveis. A mudança do paradigma mecanicista para o ecológico está se dando na ciência, nos valores e nas atitudes individuais e coletivas, assim como no padrão de organizações sociais e em novas estratégias produtivas. Tanto os conhecimentos científicos atuais, como os movimentos sociais emergentes que clamam por novas formas sustentáveis de produção estão abrindo possibilidades para a construção de uma nova racionalidade produtiva fundamentada na produtividade ecotecnológica de cada região e ecossistema, a partir dos potenciais da natureza e dos valores da cultura. Esta nova racionalidade produtiva abre as perspectivas a um processo econômico que rompe com o modelo unificador, hegemônico e homogenizante do mercado como lei suprema da economia.”* (Manifesto pela Vida – Por uma ética para a sustentabilidade, 2002).

A proposição de mudanças deste modelo para outro – ambiental, social e economicamente sustentável – não é possível através de um processo vertical, mas sim dialógico, com a troca efetiva de olhares e saberes, e ético. Neste contexto, a ética está relacionada com uma comunidade a qual nosso destino está ligado; e se dá na medida em que estabelece o sentido de refletirmos sobre o efeito de nossos atos individuais, que devem estar de acordo com o bem comum (...), nos colocando sempre diante de termos que decidir, nas circunstâncias concretas da vida, sobre o sentido de nossas práticas, reinventando permanentemente o que seja o bem comum e o lugar de cada um nessa construção (Gonçalves, 2002).

A mudança socioambiental se dará por meio de um processo que procure enfatizar a emancipação, a libertação individual e social e a integração contemplando a complexidade. Um processo em que cada um de seus atores reflita, critique, proponha e atue; que desperte sentimentos de responsabilidade, de pertencimento e participação. Nesta perspectiva, o papel dos Analistas Ambientais é contribuir para que as pessoas, em seu dia-a-dia, façam a leitura crítica de suas realidades, contextualizada histórica, social e politicamente, e desenvolvam a ética ecológica no âmbito individual e por meio do exercício da cidadania.

A temática ambiental está em processo de institucionalização no Brasil, demandando um diálogo mais eficaz entre as diversas áreas do conhecimento. Neste contexto, o Analista Ambiental precisa ter uma visão ambiental ampla e integrada, para dialogar interdisciplinarmente e agir transdisciplinarmente. É importante que a formação do Analista alcance não apenas uma visão conjuntural da realidade, mas também uma visão histórico-crítica. O processo formativo propiciará aos servidores a busca por princípios de ação comuns e entendimento das questões ambientais por meio de uma visão política e emancipatória podendo enxergar-se como sujeitos históricos e atuantes na melhoria da qualidade do serviço público.

A estruturação de qualquer processo de formação deve ser baseada nos princípios e conceitos compartilhados por seus atores. O processo educativo é um ato político, não existe educação neutra. Uma educação politicamente neutra acarreta a manutenção do *status quo*, com o qual é ou será conivente.

Ao estabelecer um processo de Formação Continuada, com a construção de conhecimentos e a troca de experiências entre os Analistas Ambientais, se está buscando um processo que possibilite a fundamentação crítica das ações exercidas pelos Analistas no âmbito do MMA e no diálogo junto a outras instituições e à sociedade civil, além de potencializar sua ação na formulação e execução de políticas públicas ambientais articuladas e integradas.

Fácil de ser reproduzido e difícil de ser transformado, o processo tradicional de ensino/aprendizagem, no qual a maioria das pessoas foi educada, é baseado na transmissão dos conhecimentos do professor – o detentor do saber – para os alunos. É uma educação bancária, na qual o professor deposita seus conhecimentos nos alunos, seres que considera vazios, e crê capacitar aqueles que considera incapazes. É um processo unidirecional, que não possibilita a ampla participação, não respeita o educando, anulando qualquer história ou experiência anterior do mesmo. Sendo a participação uma das diretrizes do MMA, fica claro que a concepção tradicional de educação não se aplica a esta Formação Continuada, pois a participação social – um dos princípios

que norteia a ação ministerial – não se aplica somente ao âmbito da sociedade civil, mas também ao âmbito interno do Ministério.

Uma educação baseada no diálogo é mais enriquecedora do que um simples depósito de informações. Um grupo disposto em círculo, onde todos possam se olhar, falar, ouvir e refletir, possibilita uma ampliação da leitura de mundo do indivíduo, muito maior do que a mera recepção de um conhecimento pronto. E, quanto maior a diversidade do grupo, mais enriquecedor será o processo. Não há dúvida que a realização deste processo será bastante conflituoso, porém, respeitoso, em que nada é considerado óbvio e prevalece sempre o espírito de curiosidade e do prazer em aprender. Neste sentido, tomamos como base para esta formação a pedagogia da práxis, “uma teoria que procura não esconder o conflito, a contradição, mas ao contrário, entende-os como inerentes à existência humana, explicita-os e convive com eles. A pedagogia da práxis pretende ser uma pedagogia para a educação transformadora, que considera o ser humano um ser incompleto, inconcluso e inacabado e, por isso, um ser criador, sujeito da história, que se transforma na medida mesma em que transforma o mundo.” (Gadotti, 2005).

O diálogo se inicia no espaço educativo entre os Analistas e se desdobra nos diferentes setores dentro do MMA que são transformados em novos espaços educativos. Através da intencionalidade das ações educativas, todos se tornam educadores e educadoras, disseminando os conhecimentos construídos na formação e transformando espaços, atitudes e relações em um processo sempre dialético.

### **3.5. Marco Situacional**

As últimas décadas foram marcadas por grandes avanços na questão ambiental global, desde a apresentação do conceito de *Desenvolvimento Sustentável*, em 1987, como resultado da Assembléia Geral das Nações Unidas no relatório “Nosso Futuro Comum” (Our Common Future), conhecido como Relatório Brundtland, que traduziu as preocupações com o meio ambiente que se instalavam na sociedade e definiu novos paradigmas, que passaram a balizar as relações humanas a partir daquele momento.

Outro marco importante na história do ambientalismo global foi a 1ª Conferência Internacional para o Meio Ambiente Humano, promovida pelas Nações Unidas em Estocolmo (1972). Foi durante os anos 70 que emergiram questionamentos de vertente liberal e marxista sobre a produção descontrolada de bens materiais, sobre o consumismo e o militarismo fomentando lutas sociais que convergiram no movimento ambientalista.

O Brasil acompanhou a evolução desta preocupação com a temática socioambiental. Em 1973 foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente, sob o regime militar, que, contraditoriamente, trabalhava o modelo de desenvolvimento de integração da Amazônia – “integrar para não entregar”. Neste primeiro momento, de 1973 a 1980, começaram a ocorrer denúncias e surgiram as primeiras entidades ambientalistas no país. Ocorreram também fatos alarmantes, que anunciavam a situação limítrofe, como os conflitos com seringueiros no Acre (1976) e os casos de anencefalia em Cubatão.

Na década seguinte, o Brasil viveu um período de mobilizações sociais e novas legislações, que culminaram na Constituinte, em 1988, e o primeiro capítulo ambiental em uma Constituição Brasileira. Em 1981, a Lei nº 6938 estabeleceu a Política Nacional, o Sistema Nacional e o Conselho Nacional do Meio Ambiente.

Nos quatro anos seguintes, de 1988 a 1992, o País passa por um período de mutação. Em 1989, Chico Mendes, líder seringueiro, é assassinado. São criados o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais – FBOMS e a primeira Reserva Extrativista, no Acre, em 1991. Em 1992, acontece no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, com a presença de diversos chefes de Estado e a assinatura de convenções internacionais e, na sequência, é criado o Ministério do Meio Ambiente.

De 1993 a 2002, tem início a institucionalização do aspecto ambiental em novas legislações: o Congresso Nacional ratifica a Convenção sobre Diversidade Biológica, é constituída a Comissão de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável para coordenar a Agenda 21 e são aprovadas Leis como a de Recursos Hídricos (1997), de Crimes Ambientais, de Educação Ambiental, a que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (2000) e a criação da Agência Nacional de Águas.

Concomitantemente, na última década, com a eleição de presidentes de “esquerda” em diversos países da América Latina, emergem valores emancipatórios que fortalecem os movimentos ecológicos e os movimentos sociais que incorporam a dimensão ambiental, demonstrando um aumento da sensibilidade e da valorização dos quesitos socioambientais. Estes valores existentes na interface entre o movimento ambientalista e a luta cidadã ocupam hoje posição de indubitável notoriedade na medida em que passam por um processo de enraizamento e legitimação social.

Neste contexto, o Ministério do Meio Ambiente assume uma proposta comprometida com a implementação de políticas públicas ambientais, estabelecendo diretrizes de conciliação,

transversalização da temática e agregação de esforços na formulação de políticas estruturantes. Neste sentido, foram definidas quatro diretrizes que balizam o trabalho do Ministério do Meio Ambiente:

- o fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente, sistema que inclui todos os órgãos e entidades federais, estaduais e municipais, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental
- a participação e o controle social, com papel relevante para a educação potencializadora das mudanças culturais e sociais rumo a sustentabilidade
- uma política ambiental integrada, que internaliza o componente ambiental nas políticas públicas brasileiras (transversalidade)
- a sustentabilidade ambiental para um novo ciclo de desenvolvimento

O Ministério do Meio Ambiente tem atingido conquistas importantes para a questão ambiental brasileira, entre as quais a estruturação de um quadro efetivo de funcionários com a realização, em 2004, de um concurso público para provimento de cargos de Analistas Ambientais para atuarem no ministério, sendo nomeados, até o momento, cerca de 150 servidores para trabalhar nas áreas técnica e administrativa da gestão ambiental pública brasileira.

Diante do momento político supracitado, é estabelecida condição propícia para a criação de um elo de comunicação entre os servidores, de incremento da participação social e do aprimoramento da visão sistêmica deste grupo de funcionários para a definição do futuro e para a construção de uma nova realidade dentro e fora do ambiente de trabalho, na qual o meio ambiente seja compreendido em sua complexidade e nas inter-relações com questões políticas, sociais, econômicas, éticas e históricas.

Neste sentido e diante da grande diversidade de qualificações e vivências experienciadas por cada um dos novos servidores do MMA, ressalta-se a possibilidade de interiorização da problemática ambiental e das práticas sustentáveis no trabalho e na vida cotidiana dos analistas, a oportunidade de otimizar e potencializar a integração e transversalidade das políticas ambientais e a importância da formação qualificada e continuada do quadro para a constituição de um corpo técnico estimulado e preparado para refletir e agir sobre a articulação das políticas ambientais brasileiras estruturantes e contínuas. É importante que esta formação proporcione condições para aquisição de conhecimentos e habilidades que visem a participação individual e coletiva na gestão do meio ambiente e das políticas públicas relacionadas.

## **3.6. Marco Operacional**

### **3.6.1. Metodologia**

Fundamentado no Programa de Formação de Educadores Ambientais, da Diretoria de Educação Ambiental do MMA, o Projeto objetiva a constituição de grupos de aprendizagem de Pesquisa-Ação-Participante/PAP, centrados na formação teórico-prática ao longo do processo continuado, cujo piloto se desenha como um curso de especialização com duração prevista para 18 meses, voltado aos analistas ambientais.

A pesquisa-ação-participante parte de procedimentos democráticos e participativos para diagnosticar e interpretar a realidade, vislumbrando sua transformação, potencializada por intervenções educacionais, que precedidas de planejamento, serão implementadas e avaliadas continuamente. PAP é definida por Orlando Fals Borda (1983, in: Viezzer 2005) como uma metodologia dentro de um processo vivencial, um processo que inclui simultaneamente educação de adultos, pesquisa científica e ação social ou política, e no qual se consideram como fontes de conhecimento: a análise crítica, o diagnóstico de situações e a prática cotidiana.

#### **QUATRO PROCESSOS EDUCADORES (4-3-3)**

Todo o processo de formação dos quadros de servidores do MMA deve contemplar a congregação dos quatro processos formativos descritos a seguir:

#### **Educomunicação Socioambiental**

O processo de Educomunicação Socioambiental tem por objetivos: promover o acesso democrático à produção e difusão de informação ambiental; facilitar a percepção da maneira como o tema ambiental é editado nos meios de comunicação de massa; facilitar o ensino/aprendizado através do uso criativo dos meios de comunicação e, por fim, promover a expressão comunicativa dos analistas envolvidos na comunidade educativa.

Na educomunicação está envolvido o conjunto de intervenções sociais de promoção do direito à comunicação, participação nos processos de criação, produção e gestão nos meios de comunicação, além do fortalecimento das habilidades expressivas pessoais e de domínio de ferramentas tecnológicas de informação. Neste sentido, durante o Programa de Formação, os analistas farão uso



de tecnologias de comunicação e informação no processo de ensino e aprendizagem, na produção e difusão de materiais didáticos, nas inserções e intervenções educativas.

### **Estruturas e Ações Educadoras**

Estruturas e Ações Educadoras são estruturas existentes ou a serem criadas no âmbito do MMA que sejam exemplares na gestão ambiental, capazes de reunir pessoas, em sua vivência cotidiana, para realizar ações conjuntas, rever valores, objetivos e métodos de ação. Exemplos: a Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, o uso de Unidades de Conservação para atividades educativas, sistemas de informação gerenciados pelo MMA (SINIMA, SIBEA), viabilização de áreas verdes e de convívio nas proximidades do MMA, etc.

### **Foros e Colegiados**

A participação em Foros e Colegiados, dentro e fora do MMA, propicia o aprendizado de novos conceitos, o exame crítico de exemplos de práticas, a valorização das diferenças, o exercício de práticas de convívio e de tomadas de decisões. Exemplos internos: a Comissão Intersetorial de Educação Ambiental – CISEA, as Câmaras Técnicas do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, a Comissão Nacional de Biodiversidade – CONABIO, a Agenda 21 e suas Comissões e Grupos de Trabalho, associações de funcionários.

Os Analistas Ambientais poderão participar ativamente destes foros, bem como criar novos.

### **Formação Continuada**

É a formação de servidores, editando o conhecimento construído durante o processo de ensino-aprendizagem, apropriando-o para seus contextos e atuando junto aos demais servidores do MMA. O processo permite reforçar a capacidade dos Analistas para estabelecer convergências e sinergias entre as ações do MMA e potencializar suas ações junto às diferentes instâncias de trabalho.

### **TRÊS EIXOS METODOLÓGICOS (4-3-3)**

No caso da formação continuada, proposta por este Projeto Político Pedagógico, os três eixos metodológicos citados a seguir a fundamentarão:

#### **Cardápios**

Acesso a conteúdos e processos formadores através de Cardápios, agrupados em módulos. Cardápio é um rol de processos de aprendizagem acessível via estudos de caso, cursos, mini-cursos, oficinas, materiais didáticos, livros, vídeos, consultorias, *softwares*, etc, mapeados, identificados, avaliados, divulgados e acessados pelos Analistas. Esta idéia tem o objetivo de adequar o processo educativo aos contextos do MMA e promover o exercício do diálogo, da negociação e da construção do próprio processo de aprendizagem.

Os conteúdos e processos podem ser ofertados por servidores do MMA, setores e órgãos colegiados, universidades, escolas de governo, aproveitando a capacidade instalada nestas instituições, bem como atividades desenvolvidas em Unidades de Conservação ou outros ambientes a serem sugeridos.

O processo de Formação Continuada contemplará módulos comuns a todos os Analistas e outros a serem acessados a partir do interesse e da capacidade de cada Analista.

#### **Comunidade Interpretativa e de Aprendizagem**

A Comunidade Interpretativa e de Aprendizagem é a formação de um grupo de pessoas empenhadas em interpretar os contextos em que se inserem, dialogando entre si, percebendo as diferenças e convergências como parte do processo de ensino-aprendizagem e qualificando os encontros com a perspectiva da análise crítica.

#### **Intervenções Educacionais**

As Intervenções Educacionais são ações intencionais de um indivíduo ou grupo sobre a dinâmica e/ou estrutura em que se inserem. O intuito da intervenção é promover um processo de ação reflexiva no âmbito do MMA, de suas secretarias e de entidades vinculadas, visando o enfrentamento de problemas concretos de cada contexto. Como exemplo desta prática é possível se pensar no diálogo interpretativo, em que as diferentes leituras que cada um constrói em sua atuação cotidiana no MMA sejam postas em debate com outras perspectivas de interpretação. Os espaços

para promoção deste diálogo interpretativo podem ser forjados individualmente ou em pequenos grupos, através de saídas a campo, aulas ou seminários moderados pelos analistas ambientais ou ainda através de outra atividade pedagógica idealizada durante o processo de formação. As intervenções podem ser planejadas para atingir públicos diversos, internos ou externos ao MMA, e podem ser políticas, técnicas ou insólitas (como atos públicos, teatros, etc).

### **TRÊS MODALIDADES DE ENSINO/APRENDIZAGEM (4-3-3)**

#### **Educação Presencial**

É a modalidade mais usual da Educação. São momentos extremamente valiosos e importantes, que devem propiciar uma interação significativa, com múltiplos sentidos e linguagens. Entre as atividades a serem desenvolvidas estão palestras, seminários, saídas a campo, oficinas, etc.

#### **Educação a Distância**

Permite a continuidade dos trabalhos desenvolvidos nos módulos presenciais e facilita a socialização de reflexões acerca dos assuntos abordados, a comunicação para troca de experiências e a articulação de ações conjuntas entre as secretarias, onde estão lotados os Analistas.

#### **Educação Difusa**

É a difusão da Intervenção Educacional através da comunicação, incentivando a busca e a construção de conhecimentos e a tomada de atitudes para além das ocorridas nas modalidades presencial e a distância, como a produção e divulgação de murais, folhetos, cartazes, boletins específicos, correio eletrônico, etc.

### **3.6.2. Sistemática de Trabalho e Carga Horária**

Estes processos, modalidades e eixos educadores serão trabalhados simultânea, sinérgica e transdisciplinarmente. Os programas do MMA e questões ambientais globais constituem-se nos focos de estudo desta proposta educativa, visando promover uma prática-reflexiva sobre os mesmos à luz dos conceitos acessados durante o processo de formação.

O processo será composto por três estações<sup>1</sup> com duração de aproximadamente seis meses cada. Essas estações se organizam em: a) *núcleo básico*, b) *cardápio*.

**1. Núcleo básico:** o conteúdo que compõe o núcleo básico deve ser acessado por todos os analistas ambientais que estiverem inscritos no processo de formação. A definição do conteúdo deste núcleo é resultado de levantamento junto às diversas secretarias do MMA (Tabelas 1 e 2 – Anexo I), os quais foram sistematizados em áreas temáticas a serem desenvolvidas a partir de estudos de caso.

Os conteúdos a serem trabalhados devem contribuir para que os analistas ambientais: a) compreendam metodologia e conceitos que fundamentam a proposta de formação, b) acessem subsídios teórico-práticos que fortaleçam sua prática reflexiva no MMA, como articuladores de políticas públicas ambientais, c) compreendam linhas de ação e conceitos específicos de cada área (secretaria) do MMA, participando ativamente da integração dos programas; d) criem grupos de trabalho internos e externos ao MMA, ou participem de grupos já existentes, visando a aplicação dos conteúdos estudados.

Os conteúdos do núcleo básico serão desenvolvidos em três encontros presenciais de 40 horas de duração, concentradas em uma semana (um encontro por estação), seguidos de seis meses de prática reflexiva através de ações contempladas no *cardápio*.

**2. Cardápio:** Intercalados entre os encontros do *núcleo básico* são previstos estudos, reflexões, vivências, atividades artístico-culturais, reuniões setoriais e intersetoriais, atividades de educação a distância, visando dar concretude aos conceitos e propostas de ação-reflexão-ação trazidos durante os encontros presenciais. Destaca-se a importância de se garantir uma recursividade entre esta faceta do processo formativo e os conceitos trabalhados no *núcleo básico*, de modo que se enfrente o desafio de deflagrar uma *práxis* educativa no cotidiano de trabalho dos analistas ambientais.

Abaixo são discriminados os grupos de atividades que podem compor o *Cardápio*:

- *Disciplinas de graduação e/ou pós graduação oferecidas pela UnB:* sugere-se que em cada estação seja cursada uma disciplina, escolhida pelos participantes do processo de formação a partir de um elenco disponibilizado com base em consulta a docentes da UnB que se dispõem a abrir vagas para alunos especiais vinculados a este processo de formação

---

<sup>1</sup> Segundo Novo Dicionário da Língua Portuguesa (Ferreira, 1999): “Paragem ou pausa em algum lugar; estada; ocasião, oportunidade, tempo próprio para se fazer alguma coisa; cada uma das quatro partes do ano que constam de três meses, e das quais duas começam nos solstícios e duas nos equinócios. São elas: primavera, verão, outono, inverno.”

continuada. A carga horária total (nas três estações) a ser cumprida é de 180 horas, o que corresponde a doze créditos em disciplinas.

- *Práticas tutoradas:* ao longo do semestre, os analistas ambientais se organizam em grupos de trabalho, com encontros semanais de 2h de duração, para reflexão e produção de relatórios, com acompanhamento a distância pelo docente responsável pela área temática denominada “Práticas tutoradas”, bem como por tutores por ele indicados. Podem ser objeto de trabalho e reflexão por parte dos analistas: grupos de estudo e trabalho intra e interprogramas do MMA; foros e colegiados dos quais participe ou venha participar; leituras; filmes (há uma sugestão da parte dos analistas da constituição de uma biblioteca solidária); acompanhamento de movimentos sociais e outros.
- *Atividades complementares:* São atividades facultativas, desenvolvidas de forma autônoma e independente pelos analistas, cujo objetivo é estimular tanto a interação teoria-prática como a permanente formação profissional<sup>2</sup>. São exemplos de atividades complementares: participação ou organização de congressos, simpósios, conferências, seminários, *workshops*, exposições; participação em cursos oferecidos pela coordenação geral de gestão de pessoas do MMA, cursos oferecidos pela ESAF, ENAP; estágios, visitas técnicas. As atividades devem ser comprovadas através de certificados emitidos pela instituição promotora do evento, discriminando a carga horária da atividade.

**Intervenção** – É esperada a realização de intervenções educacionais pelos analistas ambientais que participem do processo de formação continuada. A metodologia para o desenvolvimento dessas intervenções é trabalhada durante os encontros presenciais (núcleo básico) e a sua realização ocorrerá no interstício entre estes encontros. Sugere-se que a socialização das ações desenvolvidas, acompanhada de análise crítica sobre suas potencialidades, fragilidades e alcances, ocorra durante os seminários de avaliação.

**Memória do processo de formação** – Como parte da formação espera-se a produção de registro (textual, audiovisual, fotográfico) do processo. A intenção dos registros, realizados individualmente ou em grupo, é estimular a reflexão crítica das atividades desenvolvidas, portanto sugere-se que seja algo dinâmico, em permanente comunicação entre aqueles que o produzem e todos os demais participantes da formação. Nos encontros presenciais e/ou nos seminários de avaliação devem ser previstos momentos de socialização dos registros produzidos.

---

<sup>2</sup> Do ponto de vista legal, as atividades complementares são previstas nas Diretrizes Curriculares fixadas pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (Lei 9394/96 – LDB).

**Saídas a campo** – Em cada estação está prevista uma atividade de campo que permita a vivência prática dos metodologias e conceitos trabalhados no núcleo básico. A carga horária prevista para essas atividades é de 48 horas, sendo 16 horas para cada estação.

**Seminários de Avaliação** – são momentos de partilhar os produtos e registros produzidos pelos analistas, bem como de realizar uma avaliação do processo formativo no que diz respeito a conteúdos, metodologia, aplicação dos princípios que regem a proposta, bem como da logística do trabalho. Estão previstos dois seminários intermediários (um por estação) e um ao final, cada um com 12 horas de duração.

**Trabalho síntese** – cada analista deverá produzir um trabalho-síntese que reflita o processo vivenciado, ou seja, no qual estejam incorporados os conhecimentos e as habilidades desenvolvidas durante os dezoito meses em que esteve envolvido nas atividades formativas. Este trabalho será desenvolvido durante as atividades de ensino/aprendizagem, individualmente ou em grupo, e poderá se utilizar de diferentes linguagens e meios como por exemplo, a escrita, a filmagem, a fotografia, o registro ou outros que o analista considere relevantes para sua expressão.

**Em resumo, o Programa de Formação Continuada prevê a seguinte carga horária:**

<i>Ação/Conteúdo</i>	<i>CH semanal</i>	<i>CH por semestre</i>	<i>CH em 18 meses</i>
<b>1. Núcleo básico</b> 1ª. Estação 2ª. Estação 3ª. Estação		40 h (concentradas em 1 semana/semestre)	120 h
<b>2. Cardápio</b> a. Disciplinas UnB (eletivas) b. Práticas tutoradas  (atividades durante expediente no MMA - grupos de estudo e trabalho intra e interprogramas do MMA, cursos internos ao MMA, foros e coletivos, outras ações) c. Atividades complementares	4 h 2 h	60 h 40 h	180 h 120 h  40h
<b>3. Saídas a campo</b>		16 h* (concentradas em 1 final de semana/semestre)	48 h
<b>4. Seminário de Avaliação</b>		12 h (concentradas em 1 semana/semestre)	36 h
<b>5. Intervenções e Trabalho síntese</b>		A definir	
<b>Total</b>		<b>168 h</b>	<b>544 h</b>

### 3.6.3. Conteúdos Curriculares e Metodologia do Núcleo Básico

A proposição dos conteúdos curriculares para o processo de formação continuada resulta de um amplo levantamento realizado entre analistas ambientais, dirigentes e colaboradores do MMA no período de novembro de 2005 a setembro de 2006. Estes conteúdos foram organizados em **áreas temáticas** que se desenvolvem em diálogo com três **eixos transversais**.

Visando garantir a relação recursiva entre teoria e prática, sugere-se que os conteúdos sejam trabalhados a partir de **estudos de caso**, o que visa também garantir que as áreas temáticas não se desenvolvam de maneira estanque, mas que dialoguem entre si com vistas ao enfrentamento de problemas reais e concretos do cotidiano do servidor público do Ministério do Meio Ambiente.

#### I. Eixos transversais

Estes eixos deverão perpassar todas as áreas temáticas do curso, de modo que o detalhamento do conteúdo e metodologia de cada área temática preveja sua relação com os referidos eixos. São propostos os seguintes eixos transversais:

- a) *Complexidade Ambiental* – como orientador da abordagem a ser dada para a temática em foco, de modo a evitar um tratamento simplista e dicotômico.
- b) *Legislação (ambiental e administrativa)* – contextualização legal da temática em foco
- c) *Aspectos metodológicos* – referência às metodologias de diagnóstico, monitoramento e avaliação do tema em foco.

#### II. Áreas temáticas

As áreas temáticas se estruturam em consonância com a(s) área(s) de conhecimento da(s) qual(ais) buscam subsídios teórico-metodológicos. Espera-se desta forma que sejam objeto de estudo tanto *teorias e conceitos* que as embasam, como os *instrumentos metodológicos* e as experiências práticas que dinamizam a abordagem teórica.



### **III. Estudos de caso**

Os estudos de caso serão propostos a partir de problemas concretos, orientando o desenvolvimento dos conteúdos do curso. O intuito é facilitar a relação entre teoria e prática e o tratamento transversal ao problema, buscando integrar as secretarias do MMA e as diversas áreas temáticas cujos conceitos e metodologias próprias deverão contribuir para a compreensão do problema em foco. Os trabalhos serão desenvolvidos em subgrupos, garantindo que sua composição contemple as diversas secretarias e as áreas administrativa e técnica de atuação dos analistas ambientais.

#### *Conteúdos curriculares por estação*

##### **1ª estação**

**Estudo de caso:** deve ser proposto um estudo de caso que permita o desenvolvimento dos conteúdos das áreas temáticas descritas abaixo.

Sugere-se que o Plano Plurianual (PPA) do MMA seja, por um lado, objeto de reflexão e substrato para elaboração dos estudos de caso a serem desenvolvidos e, por outro, que estimule a elaboração de propostas da parte dos analistas ambientais envolvidos no curso.

A proposta de estudo de caso para as três estações será desenhada pelos docentes e analistas ambientais em seminários e oficinas prévias a serem realizados conforme previsto no Cronograma.

**Área temática:** *Políticas Públicas e políticas ambientais*

**Carga horária:** 12 horas

**Ementa:** 1. Sistema Político e Políticas públicas; 2. Políticas públicas e sujeitos sociais: relação Estado e sociedade civil; 3. Democracia; Participação, Controle social; 4. Histórico das políticas públicas ambientais no mundo e no Brasil, 5. Meio Ambiente como bem público; 6. Política Nacional de Meio Ambiente; 7. SISNAMA - Distribuição de competências nas esferas: estadual, federal, municipal; 8. Agenda 21.

### ***Área temática: Educação Popular Ambiental***

***Carga horária: 8 horas***

***Ementa:*** 1. Histórico, situando Programa Nacional de Educação Ambiental e Programa de Formação de Educadoras/as Ambientais; 2. Educação Popular Ambiental: uma abordagem crítica e transformadora; 3. Educação no processo de gestão ambiental, 4. Metodologias de ensino, pesquisa e avaliação: Pesquisa Ação Participativa, Pesquisa-intervenção.

### ***Área temática: Administração pública e suas ferramentas: o Ministério do Meio Ambiente***

***Carga horária: 16 horas***

***Ementa:*** 1. Ética no serviço público, o papel do servidor e as atribuições do analista ambiental; 2. Gestão e visão estratégica, diretrizes e estrutura do MMA, relações interinstitucionais; 3. Planejamento estratégico, Instrumentos de planejamento e controle (Planos Nacionais, PPA, LDO, LOA); 4. Gestão financeira e orçamentária, fontes internas e externas de recursos, relação com agências nacionais e internacionais de cooperação, convênios e contratos; 5. Agências implementadoras de cooperação técnica; 6. Licitações e contratos.

### ***Área temática: Práticas tutoradas I***

***Carga horária: 48 horas*** (4 horas durante o núcleo básico, 40 horas durante o semestre, 4 horas no seminário de avaliação)

***Ementa:*** Seu objetivo é promover o exercício da *práxis* no ambiente de trabalho, através da aplicação dos conteúdos desenvolvidos pelas demais áreas temáticas na prática cotidiana dos analistas ambientais no MMA. As atividades serão desenvolvidas em dois momentos: 1) presencialmente: durante o desenvolvimento do núcleo básico, o docente responsável pela unidade irá apresentar a proposta de trabalho, sua metodologia e os resultados esperados. No seminário de avaliação serão socializadas as produções dos grupos; 2) a distância: ao longo do semestre subsequente, os analistas ambientais irão se organizar em grupos de trabalho com encontros semanais de 2h de duração para reflexão e produção de relatórios, com acompanhamento a distância do docente da disciplina e/ou tutores por ele indicados.

**Estudo de caso:** deve ser proposto um estudo de caso que permita o desenvolvimento dos conteúdos das áreas temáticas descritas abaixo.

A proposta de estudo de caso para as três estações será desenhada pelos docentes e analistas ambientais em seminários e oficinas prévias a serem realizadas conforme previsto no Cronograma. Há, no entanto, algumas sugestões para esta estação, que foram levantadas durante as reuniões realizadas com os analistas lotados nas diversas secretárias do MMA. São elas: 1) Avanço de fronteiras agrícolas – Agricultura familiar X agronegócio; 2) Cenário futuro da geração de energia no planeta, contemplando de um lado a produção, de outro o consumo e a conservação dos recursos naturais; 3) Rede Brasileira de Justiça Ambiental e Conflitos socioambientais.

### **Área temática: Economia e Meio Ambiente**

*Carga horária: 12 horas*

*Ementa:* 1. Noções básicas de macroeconomia: o meio ambiente nas escolas do pensamento econômico; 2. Instrumentos econômicos; 3. Comércio e Meio Ambiente; 4. Experiências internacionais e experiência brasileira; 5. Bens e serviços ambientais.

### **Área temática: Modelos Sustentáveis de produção e consumo**

**Carga horária: 8 horas**

**Ementa:** 1. Economia Solidária, 2. Modelos alternativos de produção; 3. Consumo sustentável; 4. Ecoturismo.

### **Área temática: Gestão de Riscos Ambientais**

*Carga horária: 8 horas*

*Ementa:* 1. Gestão de substâncias químicas e resíduos perigosos; 2. Segurança química – riscos ambientais; 3. Prevenção e respostas à acidentes com produtos químicos perigosos; 4. Gestão de áreas contaminadas.

### **Área temática: Política energética**

*Carga horária: 8 horas*

**Ementa:** 1. Matriz energética brasileira: cenário e alternativas, 2. Demanda energética no Brasil; 3. Mudanças Climáticas: geração de energia, desmatamento, 4. Protocolo de Kioto: prós e contras e cenário futuro; 5. Proteção da Camada de Ozônio

### **Área temática: Práticas tutoradas II**

**Carga horária: 48 horas** (4 horas durante o núcleo básico, 40 horas durante o semestre, 4 horas no seminário de avaliação)

**Ementa:** Esta unidade tem o mesmo objetivo de promover o exercício da *práxis* no ambiente de trabalho, através da aplicação dos conteúdos desenvolvidos pelas demais áreas temáticas na prática cotidiana dos analistas ambientais no MMA. As atividades serão desenvolvidas em dois momentos: 1) presencialmente: durante o desenvolvimento do núcleo básico, o docente responsável pela unidade irá apresentar a proposta de trabalho, sua metodologia e os resultados esperados. No seminário de avaliação serão socializadas as produções dos grupos; 2) a distância: ao longo do semestre subsequente, os analistas ambientais irão se organizar em grupos de trabalho com encontros semanais de 2h de duração para reflexão e produção de relatórios, com acompanhamento à distância do docente da disciplina e/ou tutores por ele indicados.

### **3ª estação**

**Estudo de caso:** deve ser proposto um estudo de caso que permita o desenvolvimento dos conteúdos das áreas temáticas descritas abaixo.

A proposta de estudo de caso para as três estações será desenhada pelos docentes e analistas ambientais em seminários e oficinas prévias a serem realizadas conforme previsto no Cronograma. Há, no entanto, algumas sugestões para esta estação, que foram levantadas durante as reuniões realizadas com os analistas lotados nas diversas secretárias do MMA. São elas: 1) Patenteamento da biodiversidade; 2) BR-163 Sustentável; 3) Revitalização X Transposição do rio São Francisco.

### **Área temática: Gestão territorial**

**Carga horária: 12 horas**

**Ementa:** 1. Gestão urbana: políticas de gestão ambiental urbana, mecanismos e instrumentos de planejamento e controle, gestão participativa; APPs e áreas verdes urbanas; 2. Saneamento

básico: água e esgoto, resíduos sólidos; 3. Gestão rural: políticas de gestão ambiental rural, mecanismos e instrumentos de planejamento e controle, gestão participativa; 4. Gestão ambiental do ambiente costeiro e marinho; 5. Instrumentos de gestão ambiental: licenciamento, auditoria ambiental, avaliação ambiental estratégica, avaliação de impacto ambiental; 6. Zoneamento Ecológico Econômico; 7. Sistemas de informações georeferenciadas (Bases cartográficas, SIG, SIGEPRO, SINIMA, SIBEA, BCDAM).

### **Área temática: Recursos Hídricos**

*Carga horária: 12 horas*

**Ementa:** 1. Recursos hídricos – recursos hídricos x água – explicitação de conceitos. Histórico do gerenciamento de recursos hídricos (modelo de gestão da água no mundo – acordos e convenções); 2. Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9433), Plano Nacional de Recursos Hídricos e Sistema nacional de gerenciamento de Recursos Hídricos.

### **Área temática: Sociobiodiversidade e Conservação**

*Carga horária: 12 horas*

**Ementa:** 1. Biodiversidade – Histórico e ponderações filosóficas sobre a diversidade biológica, posição do Brasil no mundo, com relação à diversidade biológica; 2. Diversidade ecológica, genética e social no Brasil; 3. Povos e comunidades tradicionais; 4. Áreas prioritárias para conservação da diversidade biológica e social, 5. Biopirataria, tráfico biológico; 6. Unidades de Conservação e demais áreas protegidas.

### **Área temática: Segurança Alimentar**

*Carga horária: 4 horas*

**Ementa:** 1. Direito social ao alimento seguro, 2. Riscos biológicos e riscos químicos, 3. Organismos geneticamente modificados, 4. Agroecologia.

### **Área temática: Práticas tutoradas III**

*carga horária: 48 horas* (40 horas durante o semestre, 8 horas no seminário de avaliação)

***Ementa:*** Esta unidade tem o mesmo objetivo de promover o exercício da *práxis* no ambiente de trabalho, através da aplicação dos conteúdos desenvolvidos pelas demais áreas temáticas na prática cotidiana dos analistas ambientais no MMA. As atividades serão desenvolvidas em dois momentos: 1) a distância: ao longo do semestre, os analistas ambientais irão se organizar em grupos de trabalho com encontros semanais de 2h de duração para reflexão e produção de relatórios, com acompanhamento à distância do docente da disciplina e/ou tutores por ele indicados. 2) presencialmente: no seminário de avaliação serão socializadas as produções dos grupos.

### **3.6.4. Cronograma**

#### ***Etapas:***

***Estação Zero*** – Antecedente ao início do curso de especialização estão previstas ações que visam a familiarização com sua proposta metodológica, tanto dos docentes envolvidos como dos analistas ambientais que realizaram sua pré-matrícula no curso. O produto esperado para esta etapa é a definição dos estudos de caso.

Ações: 1. *Oficina* com os analistas ambientais pré-inscritos no processo de formação, com o intuito de apresentar a metodologia do curso e desenhar propostas para o estudo de caso; 2. *Seminário* entre os docentes (UnB e MMA) com o objetivo de construir coletivamente os estudos de caso e detalhar a dinâmica dos trabalhos durante as estações. Nestes seminários será desenhado também o plano de tutoria para cada uma das estações do curso.

***1ª, 2ª e 3ª Estações*** – conforme descrito na metodologia

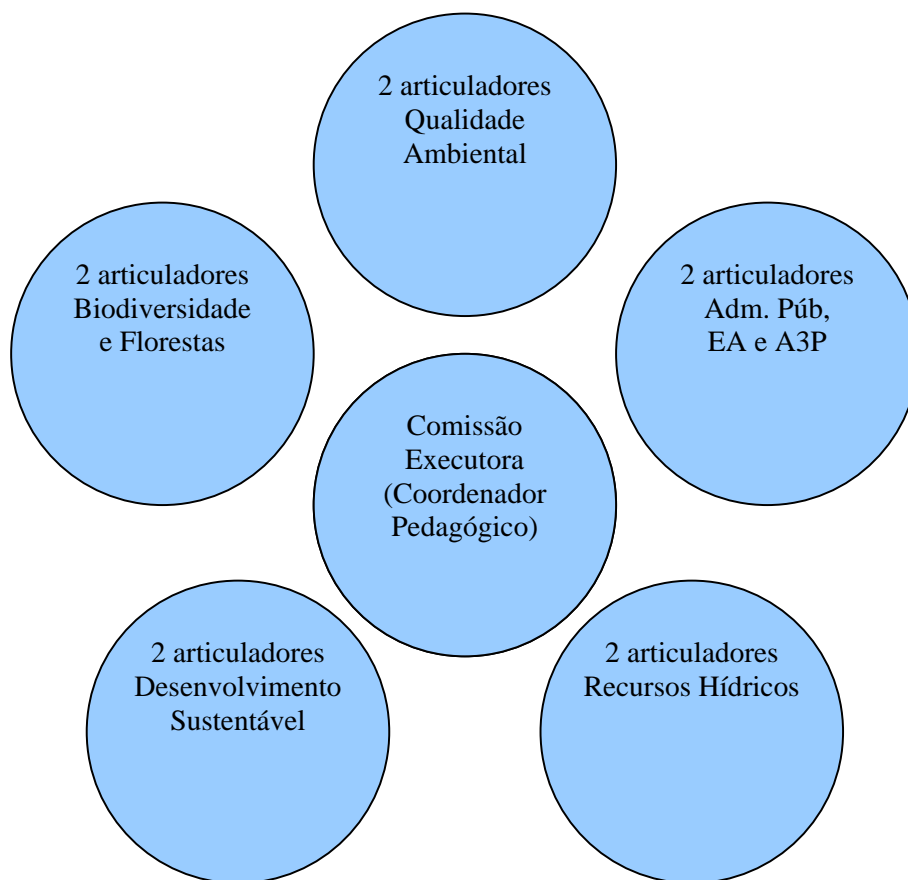
***Formação Continuada*** – o curso de especialização representa um dos passos do Processo de Formação Continuada dos Analistas Ambientais do MMA. Espera-se que a *práxis* deflagrada durante as estações acima descritas contribua para o desenho de uma política de formação dos funcionários do MMA, apontando um conjunto de ações a serem implementadas em continuidade ao curso.

<b><i>Etapa</i></b>	<b><i>Ações</i></b>	<b><i>Período</i></b>
<b><i>Estação Zero</i></b>	Oficina Analistas	Fevereiro/2007
	Seminário Docentes	Fevereiro/2007
	Tramitação da proposta no Decanato de Pesquisa e Pós Graduação UnB	Março e Abril/2007
	Matrícula	Maio/2007
<b><i>1a Estação</i></b>	Núcleo básico	Junho/2007
	Saída a campo	Julho/2007
	Cardápio	Agosto a Dezembro/2007
	Seminário de Avaliação	Dezembro/2007
<b><i>2a Estação</i></b>	Núcleo básico	Fevereiro/2008
	Cardápio	Março a Junho/2008
	Saída a campo	Maio/2008
	Seminário de Avaliação	Junho/2008
<b><i>3a Estação</i></b>	Núcleo básico	Agosto/2008
	Cardápio	Agosto a Dezembro/2008
	Saída a campo	Outubro/2008
	Seminário de Avaliação	Dezembro/2008
<b><i>Formação Continuada</i></b>	Ações a serem desenhadas a partir do curso de especialização	A partir de janeiro/2009

### 3.6.5. Acompanhamento e Avaliação

#### *Comissão de gestão e acompanhamento*

A Comissão de gestão e acompanhamento do Programa de Formação será composta por um coordenador pedagógico e um assistente administrativo, e por dez analistas ambientais (um titular e um suplente por tema gerador), escolhidos democraticamente no grupo, e pelos integrantes da comissão de formulação do Programa que desejarem continuar participando do processo. Os analistas envolvidos na Comissão deverão ter documento de autorização de suas chefias imediatas para participar da mesma.



Esta Comissão terá as seguintes atribuições:

- I. planejamento organizacional do funcionamento da própria Comissão, incluindo periodicidade das reuniões, elaboração de relatórios periódicos, registro de todas as atividades, organização dos seminários de avaliação participativa, etc;



- II. seleção do coordenador pedagógico, incluindo elaboração do termo de referência e acompanhamento do processo de contratação;
- III. acompanhamento e orientação dos trabalhos do assistente administrativo, visando maior eficiência no andamento do processo;
- IV. elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação de todas as atividades formativas, bem como da participação dos educandos, por meio da realização de reuniões preparatórias de cada atividade (presenciais e à distância), busca e contato com possíveis docentes e moderadores, viabilização de estrutura física e material didático e de apoio para a execução das atividades, entre outras.

### ***Avaliação do projeto político pedagógico e do processo de formação***

A avaliação do processo formativo e do documento que o embasa (PPP) é entendida como indispensável para garantir o planejamento constante e a gestão democrática do processo. Uma das instâncias de avaliação deste PPP serão as reuniões da *comissão de gestão e acompanhamento do processo de formação*, de cujos integrantes espera-se uma postura de escuta junto aos analistas e dirigentes da secretaria que representam, ao longo de todo o trabalho. Outra instância de acompanhamento e re-planejamento do PPP e do processo formativo serão os seminários de avaliação, em que se espera um diálogo a respeito da constituição e dinâmica das comunidades interpretativas e/ou de aprendizagem, com atenção para aspectos do conteúdo, da metodologia, dos princípios que regem a proposta e da logística do trabalho.

### ***Avaliação do processo de ensino-aprendizagem***

Os registros, individuais ou coletivos, produzidos durante as atividades do núcleo básico e nas práticas tutoradas são documentos potenciais para se avaliar a apropriação dos conteúdos e metodologia por parte dos analistas ambientais. Nas disciplinas a serem cursadas como eletivas na UnB, os analistas responderão às exigências colocadas pelos docentes responsáveis. Outro instrumento de avaliação do processo de ensino aprendizagem é o trabalho síntese.

**Frequência** – o analista deverá possuir frequência mínima em 75% das atividades do núcleo básico e do cardápio.

### **3.6.6. Inscrição**

A inscrição se dará por meio de apresentação dos seguintes documentos:

- carta de motivação na qual o analista citará as razões pelas quais deseja participar do processo formativo, além de suas expectativas em relação a este e na qual o analista assuma o compromisso de participar das atividades previstas;
- carta de indicação da chefia imediata do candidato, autorizando-o a participar de todas as atividades referentes ao Programa;
- ficha de inscrição devidamente preenchida com todos os dados solicitados;

### **3.6.7. Moderação das Atividades**

A partir da parceria que se desenha com a Universidade de Brasília está prevista a participação de alguns de seus docentes como moderadores das atividades pedagógicas, de modo que estes representem, no mínimo, 2/3 do quadro de docentes e moderadores do processo de formação. Serão também contactados moderadores indicados pelos analistas e colaboradores do Ministério do Meio Ambiente, tanto de seu quadro de funcionários ou de outras instituições. Também podem ser moderadores representantes de organizações não-governamentais ou pessoas de reconhecido saber tradicional. Será dada preferência a moderadores voluntários para as atividades presenciais.

Os moderadores deverão preencher um termo de colaboração no qual comprometem-se a realizar as atividades e detalham o espaço físico e os materiais necessários para tanto.

### **3.6.8. Previsão Orçamentária**

Atualmente, existem no MMA aproximadamente 150 servidores da carreira de Analista Ambiental. A previsão orçamentária para realização de um curso para este número de alunos é do montante de R\$ 500.000, 00, que contempla:

- R\$ 200.000,00, aproximadamente, para gastos da UnB;
- R\$ 300.000,00 incluindo: a) passagens e diárias de moderadores, palestrantes e facilitadores que porventura seja necessário trazer de outras localidades do país para os momentos

presenciais da formação; b) despesas com material didático (apostilas, fotocópias e outros) e material de apoio (flip-chart, papel, caneta, disquetes, cds); c) pagamento salarial do coordenador político-pedagógico; d) despesas com passagens e diárias em 3 saídas de campo.

- A Divisão de Capacitação, Treinamento e Desenvolvimento dos Recursos Humanos deverá disponibilizar um(a) funcionário(a) para auxiliar o coordenador político-pedagógico nas atividades da formação.

## **Agradecimentos:**

### **À Comissão de elaboração do Projeto Político Pedagógico da Formação Continuada dos Analistas Ambientais do MMA**

Ana Flora Cavanha de Rezende Caminha – Secretaria de Biodiversidade e Florestas

Cláudia Moreira Diniz Duarte – Divisão de Capacitação, Treinamento e Desenvolvimento

Iara Carneiro – Diretoria do Programa Nacional de Educação Ambiental

Leonardo Ferreira de Oliveira – Fundo Nacional do Meio Ambiente

Luiz Henrique da Silva Marciano – Subprograma Projetos Demonstrativos

Maura Machado Silva – Diretoria do Programa Nacional de Educação Ambiental

Odair Scatolini Júnior – Subprograma Projetos Demonstrativos

Vana Tércia Silva de Freitas – Departamento de Patrimônio Genético (DCBio/Secretaria de Biodiversidade e Florestas)

### **Agradecimentos especiais a:**

Marcos Sorrentino – Diretoria do Programa Nacional de Educação Ambiental

Nilo Sérgio de Melo Diniz – CONAMA

Bazileu Alves Margarido Neto – Gabinete da Ministra

João Sassi de Almeida Santos – Gabinete da Ministra

Luiz Antônio Ferraro Júnior – Diretoria do Programa Nacional de Educação Ambiental

Maurício Marcon Rebelo da Silva – Diretoria do Programa Nacional de Educação Ambiental

Irineu Tamaio – Diretoria do Programa Nacional de Educação Ambiental

Heitor Queiroz de Medeiros – Diretoria do Programa Nacional de Educação Ambiental

### **Agradecemos ainda aos Analistas Ambientais:**

Adriana Cristina Duarte de Almeida Vasconcelos – Gabinete da Ministra

Adriana Lustosa da Costa – Secretaria de Recursos Hídricos

Adriano Santhiago Oliveira – Secretaria de Qualidade Ambiental em Assentamentos Humanos

Alan Ainer Bocatto Franco – Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável  
Alexandre Romriz Duarte – Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável  
André Afonso Ribeiro – Secretaria de Qualidade Ambiental em Assentamentos Humanos  
Augusto Rander Tomazini – Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável  
Cecília Manavella – Secretaria de Biodiversidade e Florestas  
Cristophe Saldanha Balmant – Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável  
Denise Fernandes – CONAMA  
Edlane Bacelar Mota – Gabinete da Ministra  
Érico Grassi Cademartori – Projeto Corredores Ecológicos  
Egaz Ramires de Arruda – Secretaria de Coordenação da Amazônia  
Felipe Diniz – CONAMA  
Flávia Duarte Nascimento – Secretaria Executiva  
Gustavo de Oliveira e Silva – Secretaria de Biodiversidade e Florestas  
Hugo do Vale Christofidis – Secretaria de Recursos Hídricos  
Jaqueline Barbosa Farias – Divisão de Contatos, Convênios e Congêneres  
Kátia Souza – Secretaria de Biodiversidade e Florestas  
Lia Mendes Cruz – Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável  
Marcelo Gomes – Secretaria Executiva  
Marco Antonio Mota Amorim – Secretaria de Recursos Hídricos  
Marcus Bruno Malaquias Ferreira – Secretaria de Qualidade Ambiental em Assentamentos Humanos  
Maria Luiza Gondim Fontenele – Secretaria de Qualidade Ambiental em Assentamentos Humanos  
Mariana Alvarenga do Nascimento – Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável  
Maurício dos Santos Pompeu – Secretaria de Recursos Hídricos  
Nelson Hercules Pinto Santanna – Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável  
Renata Pires Nogueira Lima – Projeto Corredores Ecológicos  
Renato Spindola Fidelis – Secretaria Executiva  
Roberto Gallucci – Secretaria de Biodiversidade e Florestas  
Roseli dos Santos Souza – Secretaria Executiva  
Rosiane de Jesus Pinto – Secretaria de Coordenação da Amazônia  
Rosângela de Assis Nicolau – Secretaria de Qualidade Ambiental em Assentamentos Humanos  
Simone Vendruscolo – Secretaria de Recursos Hídricos  
Sofia Alves – Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável  
Tânia Maria Souza – Gabinete da Ministra

Tatiana Maria Zanette – Secretária Executiva

Uirá Felipe Lourenço – Secretária de Coordenação da Amazônia

Úrsula Brandão Faria Valdetaro – Secretária Executiva

Vandré Geraldo Monteiro – Secretária de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável

Verônica Marques Tavares – Secretária Executiva

**À Coordenadora Pedagógica:**

Maria Rita Avanzi – Diretoria do Programa Nacional de Educação Ambiental

## Anexo I – Levantamento de sugestões para cardápio

**Tabela 1: Temas e assuntos para cardápio, sugeridos a partir das reuniões preparatórias do PPP (18/07/05 a 03/03/06)**

<i>Data da Reunião</i>	<i>Conteúdos sugeridos</i>
06/set/2005	<p>Conceitos:  campo ambiental,  transdisciplinaridade,  complexidade  problemática ambiental  sensibilização  legitimidade das políticas públicas</p> <p>Papel do servidor no MMA  questionamento das políticas governamentais  fomentar participação e controle social  participar na elaboração do PPA  conhecer e divulgar histórico de políticas públicas ambientais  comunicação ambiental e institucional</p> <p>Campo de atuação do analista ambiental  sustentabilidade  justiça ambiental  transversalidade  valores humanos  cooperação</p> <p>Atribuições do analista ambiental do MMA (previstas na lei 10410)</p> <p>Referências:  visão histórico-crítica  Paulo Freire  Milton Santos  Eduardo Galeano</p> <p>O que é fundamental aprender?  Conteúdos conceituais, atitudinais e procedimentais  Como aprender e trabalhar em grupo</p>
15/set/2005	<p>Política Ambiental e seu histórico no Brasil</p> <p>Diretrizes MMA, Reestruturação MMA e IBAMA, SISNAMA</p> <p>Política Ambiental de inclusão social</p> <p>Responsabilidade de trabalhar na esfera pública</p> <p>Responsabilidade ética e social com o coletivo</p>

**Tabela 2: Temas e assuntos para cardápio, sugeridos durante a oficina junto aos analistas ambientais**

<i>Tema Gerador</i>	<i>Assuntos sugeridos</i>
Administração pública  EA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PPA</li> <li>• Orçamento público</li> <li>• o que é educação ambiental</li> <li>• breve histórico da EA no Brasil</li> <li>• educação ambiental crítica/ teoria crítica</li> <li>• educação formal, informal, não-formal</li> <li>• subjetividade</li> <li>• complexidade</li> <li>• inter e trans disciplinaridade</li> <li>• autonomia</li> <li>• emancipação</li> <li>• projeto político pedagógico</li> <li>• alteridade</li> <li>• biorregionalismo</li> <li>• pedagogia da práxis</li> <li>• pesquisa-ação</li> <li>• pesquisa participante</li> <li>• ecopedagogia</li> <li>• Redes (organização, o trabalho em rede, etc)</li> <li>• dialogismo</li> <li>• controle social</li> <li>• participação</li> <li>• educação no processo de gestão ambiental</li> <li>• proposta metodológica do Programa de Formação</li> <li>• Educomunicação socioambiental</li> <li>• metodologias de oficinas</li> </ul>
Biodiversidade e Florestas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Considerações iniciais</li> <li>• Impactos econômicos e sociais</li> <li>• A política ambiental</li> <li>• Eixo institucional federal</li> <li>• Considerações do Direito Ambiental e Tratados e acordos internacionais</li> <li>• O futuro da diversidade biológica no planeta</li> </ul>
Desenvolvimento Sustentável	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Zoneamento Ecológico Econômico</li> <li>• Gestão Ambiental e territorial</li> <li>• Agenda 21</li> </ul>
Qualidade Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gestão territorial – Planejamento urbano (painel 1)</li> <li>• Gestão territorial – Planejamento urbano (painel 2)</li> <li>• Gestão territorial – Planejamento urbano (painel 3)</li> <li>• Gestão territorial – APPs e áreas verdes urbanas</li> <li>• Gestão territorial – Áreas de risco</li> <li>• Gestão territorial – Saneamento básico: água e esgoto</li> <li>• Gestão territorial - Saneamento básico: resíduos sólidos (painel 1)</li> <li>• Gestão territorial - Saneamento básico: resíduos sólidos (painel 2)</li> <li>• Gestão territorial – Gestão costeira e marinha (painel 1)</li> <li>• Gestão territorial – Gestão costeira e marinha (painel 2)</li> <li>• Gestão territorial – gestão rural</li> <li>• Instrumentos de Gestão Ambiental – Licenciamento ambiental</li> <li>• Instrumentos de Gestão Ambiental – AIA</li> <li>• Instrumentos de Gestão Ambiental – Avaliação ambiental estratégica</li> <li>• Instrumentos de Gestão Ambiental – Avaliação integrada de bacia</li> <li>• Segurança ambiental – gestão de substâncias químicas</li> <li>• Segurança química – gestão de resíduos perigosos</li> <li>• Segurança química – riscos ambientais</li> <li>• Mudanças Climáticas, energia e proteção camada de ozônio (painel 1)</li> <li>• Mudanças Climáticas, energia e proteção camada de ozônio (painel 2)</li> </ul>



<i>Tema Gerador</i>	<i>Assuntos sugeridos</i>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mudanças Climáticas, energia e proteção camada de ozônio (painel 3)</li> <li>• Mudanças Climáticas, energia e proteção camada de ozônio (painel 4)</li> </ul>
Recursos Hídricos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Teoria básica para estudo dos recursos hídricos</li> <li>• Evolução do gerenciamento de recursos hídricos/legislação</li> <li>• Sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos</li> <li>• Instrumentos</li> <li>• Sistema de gestão de recursos hídricos no Brasil</li> <li>• Gestão de recursos hídricos transfronteiriços</li> </ul>

**Tabela 3: Primeira proposta de organização dos temas por estação, discutida com as secretarias do MMA em setembro de 2006.**

<b>Proposta de organização dos temas por estação</b>
<b>1ª estação</b>
<p><b>Assuntos e conceitos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Educação Ambiental</i> : O que é EA; EA crítica; Pedagogia da práxis; Ecopedagogia; Educação no processo de gestão ambiental; Subjetividade, Alteridade, Bioregionalismo, Emancipação, Autonomia</li> <li>• <i>EA no Brasil</i> – Histórico, situando PRONEA e ProFEA, Coletivos Educadores, Comunidades interpretativas e de aprendizagem, Intervenção Social, Educomunicação</li> <li>• <i>Metodologia e Práticas tutoradas I</i>: Metodologias de mediação, PAP, Pesquisa-intervenção, Metodologias participativas, Registro</li> <li>• <i>Meio Ambiente e complexidade</i>: Campo Ambiental, Complexidade; Transdisciplinaridade e transversalidade; Meio ambiente como bem público, Justiça ambiental</li> <li>• <i>Políticas públicas ambientais</i>: Políticas públicas e sujeitos sociais; Democracia; Participação, Controle social, Histórico das políticas públicas ambientais no mundo e no Brasil</li> <li>• <i>MMA e papel do servidor público</i>: diretrizes do MMA, reestruturação do MMA e relação com as instituições vinculadas, Papel do servidor no MMA, Atribuições do analista ambiental</li> <li>• <i>Administração pública e suas ferramentas</i>: comunicação, orçamento público, relação com agências nacionais e internacionais de cooperação, PPA (indicadores, plano de gestão, metas físicas, construção, aprovação, monitoramento), Prodoc</li> </ul>
<p><b>Grupos de Trabalho (Programas MMA)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• PRONEA</li> <li>• Gestão da Política de Meio Ambiente</li> <li>• Comunicação</li> <li>• A3P</li> <li>• Agenda 21</li> <li>• Administração Pública</li> </ul>
<b>2ª Estação</b>
<p><b>Assuntos e conceitos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Legislação Ambiental (transversal)</i></li> <li>• <i>Gestão territorial</i> – Planejamento urbano; APPs e áreas verdes urbanas; Áreas de risco, Zoneamento Ecológico Econômico</li> <li>• <i>Gestão costeira e marinha</i></li> <li>• <i>Gestão rural Saneamento básico</i>: água e esgoto, resíduos sólidos</li> <li>• <i>Recursos hídricos</i> – Histórico do gerenciamento de recursos hídricos; Sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos; gestão de recursos hídricos transfronteiriços</li> <li>• <i>Segurança ambiental</i> – gestão de substâncias químicas, gestão de resíduos perigosos; Segurança química – riscos ambientais</li> <li>• <i>Mudanças Climáticas</i> – energia e proteção camada de ozônio (protocolos e convenções internac.)</li> </ul>
<b>2ª Estação</b>

## Proposta de organização dos temas por estação

### Grupos de Trabalho (Programas MMA)

- *Combate à desertificação*
- *Mudanças Climáticas e Energia*
- *Gestão da Política Nacional das Águas (Conservação, Uso Sustentável e Qualidade das Águas)*
- *Programas de Revitalização e Transposição do Rio São Francisco*
- *Qualidade Ambiental (Procontrole, Resíduos Sólidos Urbanos e Viver sem Contaminação)*
- *Gestão Territorial*
- *Proambiente*
- *Zoneamento Ecológico-Econômico*

### 3ª Estação

#### *Assuntos e conceitos*

- *Legislação (transversal)*
- *Captação e uso de recursos financeiros (transversal)*
- *Biodiversidade* - Histórico e ponderações filosóficas sobre a diversidade biológica, posição do Brasil no mundo, com relação à diversidade biológica; Diversidade ecológica, genética e social no Brasil
- *Sociobiodiversidade* - áreas prioritárias para conservação da diversidade biológica e social, áreas protegidas e comunidades tradicionais, uso sustentável, tráfico biológico
- *Ecoturismo*

### Grupos de Trabalho (Programas MMA)

- *Conservação e recuperação dos biomas brasileiros*
- *Programa Nacional de Florestas*
- *Conservação, Uso Sustentável e Recuperação da Biodiversidade*
- *Amazônia Sustentável*
- *Comunidades tradicionais*
- *Áreas Protegidas do Brasil Conservação e Uso Sustentável dos Recursos Genéticos*
- *Programa Nacional de Ecoturismo*

# **Anexo II – Portaria ministerial que nomeou a Comissão de elaboração do Projeto Político Pedagógico do Programa de Formação**



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

## **PORTARIA Nº 324, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2005**

A **MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 resolve:

Art. 1º Instituir, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, Comissão para, no prazo de noventa dias, discutir e elaborar proposta do Projeto Político Pedagógico do Programa de Formação Continuada dos Analistas Ambientais deste Ministério.

Art. 2º A Comissão será composta por:

I - Cláudia Moreira Diniz Duarte, da Divisão de Capacitação, Treinamento e Desenvolvimento da Coordenação-Geral de Recursos Humanos;

II - Iara Carneiro e Maura Machado Silva, do Programa Nacional de Educação Ambiental;

III - Leonardo Ferreira de Oliveira, do Fundo Nacional do Meio Ambiente;

IV - Odair Scatolini Júnior e Luiz Henrique da Silva Marciano, do Subprograma Projetos Demonstrativos;

V - Ana Flora Cavanha de Rezende Caminha, Secretária de Biodiversidade e Florestas; e

VI - Vana Tércia Silva de Freitas, do Departamento de Patrimônio Genético-DCBio, da Secretária de Biodiversidade e Florestas-SBF.

Art. 3º A participação na referida Comissão não enseja qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**MARINA SILVA**

# Anexo III – Minuta de portaria ministerial que institui a comissão de gestão e acompanhamento do processo formativo



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

PORTARIA Nº , DE DEZEMBRO DE 2006

A **MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e

Considerando a transversalidade de conhecimentos e informações constantes na estrutura regimental do Ministério do Meio Ambiente;

Considerando a necessidade de aperfeiçoamento dos integrantes da Carreira de Especialista em Meio Ambiente;

Considerando a necessidade de estabelecer uma política de formação continuada aos integrantes da Carreira de Especialista em Meio Ambiente; e

Considerando a posição do Estado brasileiro e do reconhecimento de sua responsabilidade na defesa do meio ambiente,

Resolve:

Art. 1º Instituir, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, Comissão permanente para implementar o Processo de Formação Continuada dos integrantes da Carreira de Especialista em Meio Ambiente deste Ministério, bem como acompanhar as atividades pedagógicas e avalia-las.

Art. 2º A Comissão será composta por:

I - Iara Carneiro e Maura Machado Silva, do Programa Nacional de Educação Ambiental;

II – André Afonso Ribeiro e Rosângela de Assis Nicolau, da Secretaria de Qualidade Ambiental;

III – Hilton Jordão e outro representante a ser designado, da Secretaria de Coordenação da Amazônia;

IV – Adriana Lustosa e outro representante a ser designado, da Secretaria de Recursos Hídricos;

V – Leila Swerts e outro representante a ser designado, da Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável;

VI – Tânia Souza e outro representante a ser designado, do Gabinete da Ministra;

VII - Cláudia Moreira Diniz Duarte, da Divisão de Capacitação, Treinamento e Desenvolvimento da Coordenação-Geral de Recursos Humanos;

VIII – Um representante a ser designado, do Departamento de Gestão Estratégica.

Parágrafo único. A coordenação pedagógica do processo caberá à Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 3º A composição da Comissão poderá ser revista e renovada a cada doze meses, conforme necessidade.

Art. 4º A participação na referida Comissão não enseja qualquer tipo de remuneração.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**MARINA SILVA**

## Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental

### Série Documentos Técnicos

1. CIEAs – Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental
2. Programa de Educomunicação Socioambiental
3. Construindo juntos a educação ambiental brasileira: relatório da Consulta Pública do ProNEA
4. Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável
5. Programa Latino-americano e Caribenho de Educação Ambiental
6. O desafio do Movimento *Sharing Nature* na Educação Ambiental Contemporânea
7. Portfólio do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental
8. Programa Nacional de Formação de Educadoras(es) Ambientais
9. Programa Juventude e Meio Ambiente
10. Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola – Com-Vida
11. II Conferência Nacional Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente – processos e produtos
12. Mapeamento da Educação Ambiental em Instituições Brasileiras de Educação Superior: elementos para políticas públicas
13. Programa de Formação Continuada dos Analistas Ambientais do Ministério do Meio Ambiente

### Próximos números

14. Chico Mendes
15. Municípios Educadores Sustentáveis: passo a passo
16. Educação a Distância na Formação de Educadores Ambientais
17. Enraizamento da Educação Ambiental no Brasil